

# Tribunal reduz pendência apesar da falta de recursos

O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores terminou o ano de 2019 com uma redução da pendência judicial na ordem dos 15 por cento, mas regista problemas com falta de juízes e oficiais de justiça

LUÍS PEDRO SILVA  
lsilva@acorianooriental.pt

A pendência oficial de processos judiciais na comarca dos Açores era, a 31 de dezembro de 2019, de 9.419, mantendo “a linha de decréscimo desde 2014”, com relevo na área processual cível, foi ontem anunciado.

A informação consta do relatório anual de gestão de 2019 do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores (TJCA), enviado às redações, que indica ainda que, no ano passado, “entraram no sistema 13.396 processos novos” e ficaram concluídos um total de “15.042”.

O documento constata que a pendência geral de processos judiciais “vem baixando consistentemente desde 2014, cifrando-se hoje em cerca de menos 70% ou de menos 60%” de processos na estatística de secretaria.

“A nota que se evidencia é a de um desempenho geral substancialmente positivo do TJCA e dos seus serviços”, sublinha o relatório assinado pelo juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Pedro Soares de Albergaria.

De acordo com o relatório, “em 2019, essa linha de decréscimo geral das pendências manteve-se, desta feita na ordem dos menos 15% na estatística oficial e de menos 16%” de processos na estatística de secretaria.

O documento sublinha “um movimento contínuo de recuperação de pendências antigas”, acrescentando que “a evolução do número de processos entrados no TJCA sofreu alterações

em todas as jurisdições entre 2015 e 2019”, com “uma tendência maioritária de redução nas áreas jurisdicionais cível, penal e tutelar e minoritária de incremento nas áreas jurisdicionais de instrução”.

Estes resultados foram obtidos num quadro de redução dos recursos humanos disponíveis na Comarca dos Açores.

O relatório aponta que o quadro legal atual do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores é de 32 juízes, prevendo a lei que possa estender-se até 36 (para recuperação), sendo que no período de referência exerceram efetivamente funções entre 29 (janeiro) e 28 (dezembro) juízes, dos quais 1 auxiliar (a desempenhar funções nos Juízos Locais

de Ponta Delgada) e 1 do quadro complementar (no Juízo Local da Horta).

O número de juízes colocados na Região agravou-se no início de 2020, com a saída de Pedro Soares de Albergaria do cargo de juiz de instrução criminal para o cargo de juiz presidente da Comarca dos Açores.

A falta de juízes não é o único problema na comarca. O relatório destaca também o número reduzido de procuradores do Ministério Público e a falta de oficiais de justiça, sobretudo na categoria de escrivão.

O relatório assinala ainda a falta de advogados no Corvo e também na Graciosa, onde existem dois advogados, mas nenhum se encontra inscrito no sistema de



apoio judiciário, o que para muitas situações em que existe a necessidade de realizar um interrogatório a um arguido, equivale como se não houvesse nenhum advogado disponível na Graciosa.

A falta de magistrados nos

## Falhas com serviço do Balcão+

A implementação do serviço de atendimento aos utentes, denominado de Balcão+, pretendia agilizar e facilitar a vida às pessoas que se deslocam ao tribunal. Na realidade, o modelo aplicado nos tribunais açorianos (à exceção de Ponta Delgada) revelou-se ineficaz, porque o sistema é lento e bloqueia frequentemente, as declarações de presença, ora apresentam a hora dos Açores ora a do continente, sendo que existem casos onde os utentes não são atendidos num só local e, no caso dos que se deslocam aos serviços do MP, que ficam em local diferente dos serviços da secretaria judicial, têm de andar de um lado para o outro dentro dos serviços.

## Números apresentados pelo Tribunal apontam para uma continuidade na diminuição da pendência processual

Açores também apresentou algumas consequências negativas na comarca.

Alguns dos objetivos definidos em 2019 não foram atingidos. Foi o caso do tribunal de Vila do Porto onde ocorreu um ligeiro aumento da pendência geral, devido à baixa da juiz titular e a falta de colocação de um juiz naquele tribunal.

No juízo local criminal da Ribeira Grande registou-se um ligeiro aumento da pendência geral devido à entrada “anormal” de processos no último quadrimestre do ano, enquanto no Juízo local Genérico e Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho, ambos de Praia da Vitória, não se cumpriu integralmente a priorização dos processos mais antigos em razão das alterações estruturais ocorridas, com a criação e instalação do último, implicando o primeiro (antes eram dois Juízos Locais, um Cível e o outro Criminal), em abril de 2019, e também porque o segundo ficou com todos os processos relativos a menores e trabalho da ilha Terceira. ♦ COMLUSA



Faltam também procuradores e oficiais de justiça

EDUARDO RESENDES



EDUARDO RESENDES



AO/ANA CARVALHO MELO

Tribunal das Flores funciona sem nenhum juiz em funções

## Duas salas para seis juizes em Angra

O Tribunal de Angra do Heroísmo necessita, com urgência, da realização de obras de ampliação e criação de novas salas de audiência.

Atualmente, existem seis juizes colocados no tribunal da maior cidade da ilha Terceira, mas apenas existem duas salas disponíveis no Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo.

A falta de salas provoca dificuldade aos juizes para realiza-

rem os julgamentos.

“São necessárias duas novas salas de audiências em Angra do Heroísmo”, sublinha o relatório anual da Comarca dos Açores.

O mesmo documento assinala que este pedido tem sido reportado ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça ao longo dos últimos anos, mas nunca foi encontrada nenhuma solução.

Também foi apresentada a

necessidade de se criarem espaços próprios para a audição de testemunhas por videoconferência, permitindo libertar as salas de audiência para a realização de julgamentos.

Os espaços destinados à audição de pessoas em videoconferência devem ser instalados em Ponta Delgada, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas e Angra do Heroísmo. ♦

## É imperativo a colocação de ar condicionado em Ponta Delgada

Os serviços do Tribunal e Ministério Público em Ponta Delgada estão a funcionar sem equipamentos de ar condicionado. Uma situação que, durante o período de Verão, com o aumento da temperatura e a elevada humidade que se faz sentir na Região, provoca dificuldades aos profissionais da Justiça que trabalham em Ponta Delgada.

O relatório anual do Tribunal da Comarca dos Açores refere

que houve magistrados que já colocaram baixas médicas, porque não conseguem trabalhar, mas também houve o caso de uma testemunha, que após prestar declarações num julgamento, referiu ter-se sentido indisposta devido às elevadas temperaturas na sala de audiência do tribunal de Ponta Delgada.

O diagnóstico do problema está efetuado, mas será necessário aguardar pelo Instituto de

Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ).

“É imperativo de salubridade a instalação de novos equipamentos de ar condicionado no Palácio da Justiça de Ponta Delgada”, escreveu o juiz presidente Pedro Soares de Albergaria.

O início da intervenção do sistema de ar condicionado em Ponta Delgada tem vindo, sistematicamente, a ser adiado pelo IGFEJ, continuando a aumen-

Pode parecer estranho, mas é verdade. Existem três ilhas na Região onde os tribunais existentes funcionam sem nenhum juiz colocado.

É o caso dos tribunais de Vila do Porto, Santa Cruz das Flores e Santa Cruz da Graciosa que funcionam através do serviço extraordinário de outros juizes, que se deslocam às ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores para realizar as diligências agendadas.

A falta de juizes em alguns tribunais foi justificada com “as alterações orgânicas ocorridas no país durante este ano”, que “determinaram um grave desfazamento entre o número de juizes existentes no sistema e o número de lugares de juiz nos tribunais”, conforme explica o Relatório Anual de Gestão (2019) do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

Esta situação poderá, eventualmente, ser corrigida no próximo movimento de magistrados, que deverá ocorrer em setembro. Caso a falta de juizes se venha a manter, Pedro Soares de Albergaria, juiz presidente da Comarca dos Açores, alerta que esta situação poderá gerar graves problemas no funcionamento dos tribunais em algumas ilhas do arquipélago.

“Essa situação, tal como concertado, deverá ser colmatada no movimento judicial ordinário de 2020, sob pena de se poderem gerar fenómenos de deslegitimação que a todo o custo deverão evitar-se. Não é decerto por acaso que o Estatuto Político-Administrativo da RAA prevê expressamente a existência de pelo menos um Tribunal (de pelo menos um juiz) em cada ilha (com exceção do Corvo). ♦



EDUARDO RESENDES

Juiz presidente assinalou necessidade de algumas obras

tar o número de queixas apresentadas pelas elevadas temperaturas que se fazem sentir no edifício do Palácio da Justiça em Ponta Delgada.

Na Ribeira Grande e Santa Cruz das Flores os tribunais também funcionam sem ar condicionado. Apesar deste ser um órgão de soberania, os magistrados, advogados e oficiais de justiça continuam a trabalhar com ventoinhas para se refrescarem nos dias mais quentes.

Outras das obras necessárias é a colocação de rampas para permitir o acesso aos tribunais de cidadãos com mobilidade reduzida. ♦